

■ ANÁLISES & PERSPECTIVAS

Lampião, gatos e Robin Hood

Marcelo Côrtes Neri *

Este artigo quantifica alguns aspectos distributivos associados à atual crise energética e ao plano de racionamento, isto é, em que medida diferentes grupos da sociedade estão pagando uma parcela desproporcional dos custos do ajuste. A base de dados utilizada é a Pesquisa de Padrões de Vida (PPV), do IBGE, que cobriu cerca de 5 mil domicílios nas áreas do Nordeste e Sudeste do País, justamente aquelas mais sujeitas às agruras do racionamento em curso. O processamento dos microdados da PPV, realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, nos permitiu cruzar variáveis relativas ao gasto e ao consumo com um amplo espectro de variáveis socioeconômicas.



Iniciamos pela análise da principal fonte de iluminação dos domicílios: 92,26% energia elétrica, 0,07% gerador, 0,37% velas e 7,29% lampião. Ou seja, a crise afetaria potencialmente 92% dos 25 milhões de domicílios do Nordeste e do Sudeste, cuja principal fonte de iluminação é elétrica. Nas áreas metropolitanas, esse índice supera 95% em todas as regiões. A crise energética é, acima de tudo, metropolitana, o que preocupa, pois essas foram as áreas mais afetadas pelas crises externas do período compreendido entre 1997 e 1999.

De outro lado, as metrópoles não são as áreas mais pobres do País.

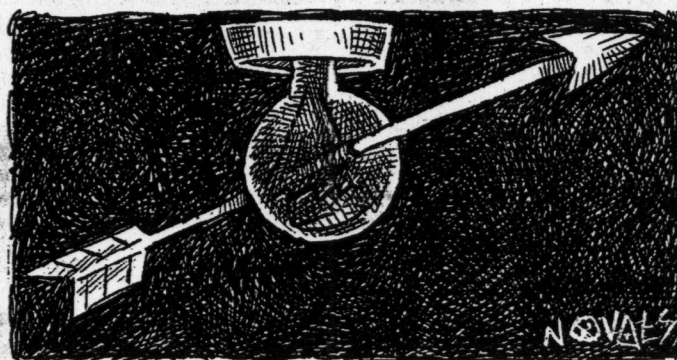
No universo do Nordeste rural, que abriga os mais pobres dos pobres brasileiros, 44,67% da iluminação advém dessa última fonte. Este dado revela a precariedade das condições de vida da região, mas ao mesmo tempo demonstra que os estados do Nordeste

não serão os mais prejudicados pela escassez de energia. Isso é um dado fundamental, dada a situação de seca que essa área sofrerá a nos próximos meses.

Segundo alguns analistas, os principais adversários do plano de racionamento de energia elétrica são aqueles que mais se beneficiaram da

lua-de-mel com o Plano Real, isto é, aqueles que participaram do boom de vendas de duráveis observado no período 1994-1995. Esse boom foi especialmente forte entre os indivíduos de baixa renda, que passaram a adquirir não só produtos básicos como televisão e geladeira, mas em muitos casos bens de luxo como ar-condicionado, videocassete, etc. Nesse sentido, o governo estaria conspirando contra os seus aliados de primeira hora.

Na verdade, o inimigo número um do racionamento são aqueles que



consomem energia elétrica e não pagam por ela. Esse grupo de indivíduos está à margem da estrutura de penalidades introduzidas no racionamento, como sobretaxas e corte de energia para quem não atingir a meta de 20%. Abordamos um tipo particular de informalidade elétrica passível de mensuração: aquela derivada da combinação de indivíduos que consomem energia, captada pela posse de geladeira ou televisão, mas que não pagam por ela, captada por uma conta nula de energia. É importante ressaltar que nossa metodologia não permite captar as ligações clandestinas parciais, isto é, aquelas que o gato coexiste com a conta formal para o seu barateamento.

A taxa média de informalidade elé-

trica é de 10,31%. Vejamos o perfil socioeconômico dessas ligações clandestinas. Conforme o esperado, a taxa de informalidade é maior na cauda inferior da distribuição de renda domiciliar per capita, que cai monotonicamente até atingir 2,03% entre os 20% mais ricos. O mesmo resultado qualitativo é observado quando usamos educação do chefe e outras variáveis correlacionadas com renda.

A taxa de informalidade em favelas e outras ocupações ilegais é de 41,2% diante de 4,43% dos condomínios de casas e apartamentos, o que evidencia uma correlação forte entre informalidade fundiária e elétrica. A taxa de informalidade varia substancialmente entre as regiões metropolitanas pesquisadas, indo de 3,27%, em

Belo Horizonte, a 16,2%, em Salvador. No Sudeste, o Rio de Janeiro é a que apresenta a taxa mais próxima dos níveis nordestinos, com 10,6%. Esse resultado seria consistente com a alta informalidade trabalhista observada no mercado de trabalho do Rio. Entretanto, a relação entre informalidade laboral e energética não é muito expressiva: entre aqueles domicílios cujo chefe contribui com a previdência, a informalidade elétrica é de 10,9% ante 9,4% das demais.

A comparação revela ainda que a chance de um morador do Rio ser gato é 98,96% acima dos paulistanos. Agora, quando comparamos moradores

dessas duas metrópoles com características, como as citadas acima, exatamente iguais, essa estatística cai para 97,57%. Ou seja, a alta informalidade elétrica dos moradores do Rio é muito pouco explicada pela posse de características associadas aos gatos e mais como um atributo específico da região.

Em relação aos domicílios que possuem eletrodomésticos, observamos que, quando restringimos a análise somente a eletrodomésticos de luxo como computador, microondas

e ar-condicionado, verificamos, respectivamente, as taxas de 1,28, 1,02 e 1,07, diferente do que ocorre quando analisamos os eletrodomésticos básicos como ferro e ventilador, estes com taxas de 8,83% e 8,78%, respectivamente. Evidenciando, mais uma vez, que os domicílios no qual o poder aquisitivo das pessoas é maior são os que menos aderem à informalidade elétrica completa.

Em termos gerais, as más notícias derivadas da crise elétrica atingem menos fortemente a cauda inferior da distribuição de renda. Entre os 20% mais pobres, 21,27% da iluminação provém de lampião, ante 0,64% dos

20% mais ricos. Esta é uma face eminentemente rural do problema. Nas áreas urbanas, e em particular nas metropolitanas, a crise e o racionamento

devem ser menos sentidos entre os mais desprovidos, graças à alta taxa de informalidade elétrica desse segmento. Entre os 20% mais pobres, 20% têm gatos, diante de 2,03% dos 20% mais ricos. Obviamente, não podemos dizer que a crise tem um perfil Robin Hood de roubar dos ricos para dar aos pobres, mas pelo menos ela não é Hood Robin. ■

Nas metrópoles, o racionamento deve ser menos sentido entre os mais carentes, graças à alta informalidade elétrica deste segmento

* PhD por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV.